

Após um rápido esboço histórico e geográfico. Simone Dreyfus dedica um capítulo à cultura material, em que concentra a atenção principalmente na construção da aldeia, nas diferentes atividades econômicas e nas técnicas.

A parte mais substancial e mais bem estruturada é a que se refere à vida familiar e social. Trata-se aí minuciosamente dos sucessivos estágios da vida individual (com ênfase particular na primeira infância), das relações familiares e do sistema de parentesco, dos grupos sociais e da guerra. Mostra-se, entre outras coisas, em que sentido o arranjo espacial da aldeia (as habitações familiares constituindo um círculo em torno da praça, em cujo centro se encontra a casa dos homens) reflete a divisão primária da sociedade no grupo dos homens e das mulheres, divisão a que se sobrepõe a existência de duas metades masculinas; analisa-se o sistema das classes de idade masculinas e femininas; estuda-se a instituição da chefia política, econômica e guerreira em suas relações com a divisão em metades e com o sistema de parentesco; discute-se o papel dos grupos patronímicos, que abrangem todos os indivíduos de um e outro sexo. A exposição da nomenclatura de parentesco conduz a uma comparação com os sistemas correspondentes das demais tribos jê. Em tudo isso, a autora procede com bastante cautela, ciente de que sobre uma série de pontos não é possível ainda um pronunciamento definitivo e de que serão necessárias novas pesquisas de campo para se apreender em toda a sua complexidade a estrutura e a organização sociais dos Jê e dos Kayapó em particular.

Convém destacar ainda algumas páginas magistrais sobre a música dos Kayapó. Esta é de suma importância na vida da tribo e tão variada que não foi possível a Simone Dreyfus, em sua curta permanência no campo, registrar senão uma parte dela. "A música kayapó por nós ouvida é (...) essencialmente coral. Cerimonial, de caráter não religioso, marca as fases da integração social ou auxilia à preparação das atividades coletivas: grandes caçadas, grandes pescarias ou colheita da mandioca. É exclusivamente monódica; a sua estrutura é pentatônica." (pp. 129-130.) Alguns exemplos dessa arte são estudados com grande perícia, fato muito raro em obras de etnologia brasileira.

Sobre as representações e práticas religiosas há poucos informes no livro. É um domínio sobre o qual existem alguns artigos, principalmente do missionário austríaco. A. Lukesch, mas que mereceria pesquisas mais aprofundadas.

Em apêndice reproduzem-se os mitos levantados por Alfred Métraux e alguns dados demográficos. — *Egon Schaden*

John J. Johnson. *The Military and Society in Latin America*, Stanford University Press, Stanford, California, 1964.

A recrudescência das intervenções militares na América Latina tem despertado, nos Estados Unidos, novo interesse pelo nosso militarismo e levado os estudiosos daquele país a uma reavaliação do papel das classes armadas em nossa história. Dentre esses estudos tem tido certa repercussão o de John J. Johnson que, anteriormente, já nos havia dado uma análise do desempenho do que ele denomina "os setores médios" nas transformações políticas da América Latina (John J. Johnson, *Political Change in Latin America. The Emergence of the Middle Sectors*, Stanford University Press, Stanford, California, 1958).

É objetivo do Autor, na obra mais recente aqui resenhada, mostrar-nos a atuação dos militares nos setores extra-militares da sociedade latino-americana

por meio do estudo: 1) dos métodos pelos quais podem influir nas decisões de ordem política; 2) do impacto que os oficiais exercem na área sócio-econômica; 3) do "background" desses mesmos militares, aspecto ao qual o Autor dá suma importância, pois, segundo sua opinião, "esses oficiais são levados a tomar decisões de ordem política antes na base de suas experiências pessoais do que das institucionais" (p. VII).

John J. Johnson, partindo dessa análise, chega à conclusão que os militares latino-americanos são antes de tudo produto do seu meio e que, ao contrário de seus êmulos da África, Oriente Médio e Sudeste Asiático, estão antes inclinados a seguir do que a liderar. Mas o que o Autor pretende principalmente demonstrar, segundo suas próprias palavras, "é a importância fundamental que terá sobre a posição mundial da América Latina a atitude desses oficiais, mais inclinados às mudanças e aos grupos emergentes do que à força, à violência ou preocupados com o tamanho dos orçamentos militares" (p. VIII).

Parece-nos que, pelo menos no caso do Brasil, o Autor, em seu demasiado empenho em demonstrar sua tese, prejudicou-a mais do que a favoreceu. O nosso país ocupa menos de um terço da obra, dedicando-lhe John J. Johnson dois capítulos, se excetuarmos o final em que se compara a evolução do militarismo no Brasil e na América Espanhola. Este espaço teria sido suficiente se o Autor não tivesse tido a preocupação de apresentar um panorama geral de nossa história, o que é feito no capítulo destinado a relatar o papel político das forças armadas brasileiras. O outro é reservado a expor a imagem que o público formou dos militares brasileiros.

O ponto de partida do Autor pareceu-nos sumamente feliz. Ao ressaltar o caráter de não-violência da História do Brasil, em geral, e de nossos militares, em particular, procura Johnson explicá-lo não por razões de ordem por assim inatas do nosso comportamento como povo, mas sim por motivos de ordem histórica. Mostra-nos que, neste terreno da violência, até 1800 não havia diferença entre a América Portuguesa e a Espanhola. É a partir do século XIX que nossos caminhos começam a divergir dos de nossos vizinhos hispano-americanos. Atribui as diferenças que irão marcar nossa história a três fatos principais: 1) ao de que a primeira base de nosso exército permanente foi constituída por elementos portugueses; 2) à realização de nossa independência sem o recurso à luta armada, graças à atuação de José Bonifácio; 3) à presença de mercenários alemães e irlandeses no exército brasileiro que participou da guerra da Cisplatina, o que, segundo o Autor contribuiu para destruir a imagem das forças armadas como instituição nacional. Pensamos, a respeito desta última explicação, que Johnson subestima o papel que a ideologia libertadora desempenhou nas lutas armadas desse período da Independência Latino-Americana. Nos exércitos hispano-americanos que lutavam pela emancipação também havia mercenários estrangeiros, o que não impediu que fossem considerados como integrantes de uma instituição nacional. Já no caso brasileiro, a guerra da Cisplatina era, ao contrário, uma ação anti-patriótica, anti-libertadora e cremos que tenha sido este seu caráter, mais do que a presença de mercenários, o responsável pelo divórcio entre o exército, aliás predominantemente português, como observa o Autor, e as forças vivas da nacionalidade.

Depois deste promissor início, cai Johnson num esquematismo baseado em explicações tradicionais de nossa história que nada a enriquece, ao contrário. Dominado por um mal disfarçado preconceito contra as oligarquias rurais, nada compreendeu de seu papel como sustentáculo fundamental da ordem imperial,

contra a qual uma eventual ação das forças armadas teria sido não só impotente, como falha, de todo o sentido. Será que o Autor se esquece que todo e qualquer grupo dirigente, seja de origem rural ou urbana, oligárquica ou democrática, civil ou militar, tem sua função construtiva em dado momento da vida de uma sociedade e que só se torna fator deletério quando procura manter-se no poder além desse momento histórico?

E', porém, quando aborda a história da República no Brasil que o Autor se desmanda por completo. Em primeiro lugar, é bastante discutível sua afirmação ao identificar o exército com a "burguesia emergente". Nem soube ressaltar a estreita colaboração entre civis e militares na proclamação da nossa república e nos anos que se seguiram. Só a partir de 1910, da campanha civilista de Rui Barbosa e da eleição de Hermes da Fonseca à presidência começa a surgir certa oposição e uma tendência a alinhar, na política brasileira, civis de um lado e militares de outro. Mesmo assim, essa tendência nunca teve importância na história da República. A colaboração entre os dois setores sempre foi um fato indiscutível. Mesmo durante o governo forte do Marechal Floriano não havia essa distinção e os "jacobinos" recrutavam-se tanto entre os militares quanto entre os civis.

Essas circunstâncias vêm, aliás, a favor da tese exposta pelo Autor no seu prefácio e segundo a qual os militares latino-americanos não se distinguem do seu meio e não formam, portanto, um grupo à parte. Mas, no caso do Brasil, sua preocupação constante em comparar militares e civis acaba por dar ao leitor a idéia que Johnson opõe os dois setores como se fossem antagônicos. Esse método é particularmente infeliz quando analisa a contribuição dos militares para o progresso de nosso país. Ao ler essas páginas, aquêle que desconhece a História do Brasil terá a impressão que os civis em nada contribuíram para o nosso desenvolvimento, seja no nível tecnológico, seja no político. Afirma, por exemplo, que se a República obteve uma constituição em 1891, devemos-lo exclusivamente ao Marechal Deodoro. E' ele quem solicita a colaboração de alguns civis "capazes" e ainda não corrompidos pelo poder e sob a influência desses conselheiros uma Assembléia escolhida a dedo por Deodoro (sic) escreve e aprova a nossa primeira constituição republicana (p. 195)! Em que fatos John J. Johnson se baseia para nos apresentar essa sua incrível versão do governo provisório que se institui após a queda do Império? Toda superioridade tecnológica é atribuída aos militares. A eles devemos todas as obras de engenharia realizadas no País. A engenharia civil brasileira é completamente ignorada pelo Autor. Até a solução de nossos litígios fronteiriços durante a Primeira República é obra do exército. Rio Branco nem é mencionado. Não estará desta maneira o Autor deservindo, ao em vez de favorecê-la, a causa que defende? Ninguém nega a obra construtiva que a nação deve às nossas forças armadas, particularmente como fator de unidade e integração nacionais. E' no exercício dessas funções que têm sido um elemento decisivo no desenvolvimento do País. Mas será necessário, para exaltar o exército, silenciar a respeito dos civis? Ou ver nestes apenas os representantes de uma oligarquia prepotente que nada fez a não ser sugar a nação?

O Autor, em vez de se deter nessas exemplificações simplistas, poderia ter restringido sua análise a momentos mais decisivos da participação dos militares em nossa vida política e nos dar um estudo mais aprofundado. Constata, por exemplo, o lugar capital que oficiais do nosso exército adquirem sob o regime de Vargas e, no entanto, nos dá uma explicação superficialíssima do fenômeno que, por sua importância, merecia maior atenção. Mas, apesar de suas distor-

ções, seu esquematismo, sua superficialidade, o livro de John J. Johnson tem interesse e deve ser lido por quem deseja conhecer as idéias que sobre os nossos militares sustenta certa corrente atual do pensamento nos Estados Unidos da América do Norte. — *Nícia Villela Luz.*

ALMEIDA PRADO, Décio de — *Teatro em Progresso. Crítica Teatral (1955-1964).* São Paulo, Livraria Martins Editora, 1964, 314 pp.

Coleções de texto de teatro ou sobre teatro, como as elaboradas pela Livraria Agir Editora, pela Buriti ou Brasiliense, merecem o mais sincero apoio de nossa parte, porque vêm — não enriquecer, mas, propriamente, criar a literatura especializada no gênero. Neste sentido, que as primeiras palavras desta apresentação sejam de louvor à Livraria Martins, pela publicação de *TEATRO EM PROGRESSO*, de Décio de Almeida Prado. Não podemos evitar, porém, uma restrição de ordem puramente gráfica. Esta é uma obra de alto nível intelectual: uma revisão cuidadosa se impunha, portanto, pois a origem jornalística é uma explicação compreensível mas não justifica o descuido no que se refere à acentuação.

Lendo-se as páginas introdutórias de *TEATRO EM PROGRESSO*, pode-se ter a falsa idéia de que a edição é desprezenciosa, resumindo-se numa simples coletânea de ensaios críticos, publicados originalmente no *Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO*, e, como tal, mais ou menos limitados no tempo. No entanto, a própria explicação do título abre perspectivas mais amplas, se bem que não indiquem, de todo, o verdadeiro alcance da obra. Inspirado em livro de James Joyce — *WORK IN PROGRESS*, o título sugere a evolução que vem sofrendo o teatro brasileiro desde suas origens. Sem realizar-se ainda plenamente em seus objetivos, pode-se sentir, ao longo destes nove anos, o progresso alcançado não só pelos atores, mas, sobretudo, pelos encenadores e dramaturgos brasileiros.

Através de *TEATRO EM PROGRESSO*, acompanhamos o nascimento das casas de espetáculo, a formação das companhias nacionais, e o papel de importância fundamental que exerceu, e ainda exerce, a Escola de Arte Dramática, desde a sua criação.

Pelos estudos, percebemos que, se o teatro brasileiro nasceu com a representação de autores estrangeiros, pouco a pouco as traduções foram cedendo lugar às peças nacionais — constatação auspiciosa, não por um patriotismo infantil, mas porque revela o talento teatral autêntico, resultante de um natural amadurecimento e do bom aproveitamento daquele estágio preparatório. Assim também devemos compreender o papel das temporadas de companhias estrangeiras no Brasil, a função de um diretor como Ziembinski ou Adolfo Celi, por exemplo, e, mais recentemente, a ida de valores nacionais para estágios na Europa ou Estados Unidos. Esse acúmulo de experiência, haurida em fontes estrangeiras, permite-nos, inclusive, maior preparo para a interpretação adequada das peças importadas.

As primeiras críticas do Autor têm, portanto, a função de incentivar nossos novos elementos, atribuindo à E.A.D. e ao Teatro Brasileiro de Comédia papel relevante. Assim, por exemplo, a primeira tentativa de se representar Shakespeare no teatro paulista é valorizada na justa medida, pois o Crítico considera que o importante, neste momento, é que a encenação seja trabalhada com honestidade, talento e dedicação.